

Análise de microcontextos – Considerações acerca de depoimentos de comunidades presentes no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), Ceará.

DANILO EIJI LOPES¹

Introdução

Na noite de lua cheia eu fui à praia pescar. Na noite de lua cheia eu fui à praia pescar. Só pra ver os encantados, que brindavam as ondas do mar. Só pra ver os encantados, que brindavam as ondas do mar. E vem Jurema, vem Manguezá. Vem Jurema, vem Manguezá. E viva a rainha das águas, viva o nosso pai Guajá. Viva a rainha das águas, viva o nosso pai Guajá. Na noite de lua cheia eu fui a praia pescar... (Canto Tapeba. Roda de Histórias, Terreiro Sagrado do Pau Branco, Caucaia (CE), 17 de maio de 2014).

Todo lugar tem uma história para contar. Parece evidente, mas não é. Ao menos não sua percepção, valorização e meios para tanto. Municípios afastados dos grandes centros sempre tiveram dificuldades em narrar suas próprias versões. Normalmente, pela legitimidade outorgada a terceiros, o que muito se viu foram extratos de histórias, narrativas marginalizadas em órbita dos grandes acontecimentos.

Caucaia e São Gonçalo do Amarante ficam localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará. A ocupação de seus territórios remonta a povos indígenas presentes muito tempo antes da chegada europeia. Se consideradas posteriormente ao contato, por exemplo, suas formações administrativas, suas origens versam ao período colonial, à Capitânia do Ceará. Independente do recorte, trata-se de um lugar antigo, de grande diversidade cultural, que cresceu à beirada da capital, situação que obviamente repercutiu em seus desenvolvimentos como municípios. De acordo com o IBGE,² atualmente possuem população estimada em 349.526 e 46.783, respectivamente.

E o Índice de

¹ Danilo Eiji Lopes é mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é pesquisador e coordenador de projetos pela área educativa do Instituto Museu da Pessoa, e pesquisador ligado ao Laboratório de Ensino e Material Didático do Departamento de História da Universidade de São Paulo (LEMAD/USP).

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230370&search=ceara|caucaia|infograficos:>



[informacoes-completas>](#);

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231240&search=ceara|sao-goncalo-do-amarante|infograficos:-historico>> Acesso: 08 nov. 2014.

Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), por sua vez, apresenta 0,682 e 0,665 na mesma ordem, indicadores considerados abaixo da média nacional.

Em 1995 foi criado o Complexo Industrial e Portuário Mário Covas, ou Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), como é comumente manifesto. Tratou-se da efetivação de um plano desenvolvimentista para o estado do Ceará, proveniente dos anos 1970, ainda com militares à cabeça do governo. Situado à 50 km de Fortaleza, ao oeste, o empreendimento possui uma área de 13.337 hectares, dos quais 7.101 hectares (53,25%) encontram-se em Caucaia, e 6.235 hectares (46,75%) pertencem ao município de São Gonçalo do Amarante³.

Os dados apresentados são de suma importância, dimensionam as urbes e o CIPP. Outras informações poderiam lhes ser acrescentadas, mas no caso deste documento, o maior questionamento se dirige as entrelinhas: Afinal, qual é o significado da efetivação do CIPP para as pessoas que moram nestas localidades? Como era e como é ser um morador da região?

“O extraordinário homem comum”, expressão atribuída a Domenico Scandella, Menocchio, personagem do livro *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg (1976), é o foco desse pequeno estudo. E como não podia ser diferente, as histórias de vida dos moradores dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, quando evidenciadas, trazem às vistas o que os números não veem, mas que os corações sentem. E muito.

O grande empreendimento se transforma quando visto com a lupa. Evidenciam-se conflitos de interesses no plano local, estes, cheios de contradições. Cifras e algarismos ganham vida. Compreende-se uma das faces do conceito de impacto. O Complexo é uma realidade, e todos em seu entorno sabem e assim o veem.

O texto que segue trata-se então de uma análise, cerceada pelas limitações de quem é estrangeiro, sobre as 21 entrevistas de histórias de vida e quatro rodas de histórias com moradores dos dois municípios. Ao todo, foram mais de 100 vezes ouvidas, entre elas, indígenas, quilombolas, assentados, antigos residentes, pescadores tradicionais, parteiras, agricultores, sem contar as que gentilmente também as cederam informalmente. Vale ressaltar o fato de que o trabalho é uma visão externa sobre um

³ Portal Pecém. Disponível em: <http://portalpecem.com.br/pg_complexo_cipp.asp>; Acesso: 09 nov. 2014.

contexto a partir de visões internas às comunidades em questão. Por meio de suas narrativas foi possível pinçar emoções e notar pontos de vista de uma história longe de ser linear e uníssona.

Maria de Lourdes Monaco Janotti (2010), adverte que trabalhar com testemunhos espontâneos ou provocados

*Envolvem repensar as relações entre realidade e representação, memória e história, veracidade e imaginação, versão e factualidade, unidade conceitual do testemunho e pluralidade das fontes, acima de tudo, o caráter intrinsecamente político do testemunho e seu problema*⁴. (JANOTTI, 2010, p.9).

Atento as observações, as reflexões que aqui se encontram têm o objetivo de analisar o que foi ouvido, e, longe da busca de uma verdade, propõem-se a dividir um pouco do que se compreende de tal momento. Os depoimentos são considerados como fontes orais, estes, percebidos como sendo resultantes da interação entre entrevistados e entrevistadores, e não se espera daqui evidenciar um espelho de uma sociedade, ou a comprovação de esquemas e recorrências, mas sim a percepção de individualidades que momentaneamente, ou “ocasionalmente”, estariam passando por tais situações e posicionamentos.

Um estudo em microcontextos

Há um universo de assuntos e recortes que as histórias de vida possibilitam. No caso deste estudo em microcontextos, as primeiras considerações versam sobre o Complexo Industrial Portuário do Pecém (CIPP), ou melhor, a relação das pessoas que vivem direta ou indiretamente sua influência. Algo compreensivo por seu porte e atualidade no cotidiano das pessoas. Assegura-se que há muitas interações, percepções e interpretações sobre o Complexo. Caucaia e São Gonçalo do Amarante são plurais e distintas internamente, moradores da região do sertão se veem de maneira diferente dos que habitam o litoral, e o mesmo acontece com residentes do centro em relação aos demais. É evidente que há uma disparidade na forma em que o empreendimento chega nestas comarcas, por uma questão, inclusive, de proximidade.

⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes M. **A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates**. Revista História Oral, v.13, n.1, p.9-22, jan.-jun. 2010.

Entre os municípios ocorre o mesmo, muitos moradores do centro de Caucaia têm seus cotidianos voltados à Fortaleza (não se pode esquecer que por muito tempo a cidade foi dormitório da capital). São Gonçalo do Amarante, por sua vez, recebeu nos últimos quatro anos 21,8 mil pessoas⁵, isso, se contados somente os trabalhadores com carteira assinada. Os munícipes divergem em relação aos novos rostos que chegam a praça da Matriz e que compartilham as sombras de suas carnaubeiras na hora do almoço. Enquanto uns sentem falta da antiga urbe, onde todos se conheciam e agora não mais, outros tornam-se empreendedores e/ou clientes ávidos por novos serviços e tendências que vem de fora. E há ainda a complexidade de possuir ambos sentimentos, como Maria Vênus de Andrade da Cunha, moradora de São Gonçalo do Amarante, depoente deste projeto.

Vênus, nascida e criada na cidade do padroeiro, é uma das narrativas que apresentam a contradição trazida pelas transformações dos dias atuais. Sua história se refere a um povoado de estrada de chão, vaquejada, e de muitas idas ao cemitério. Ela morava em uma rua de uma casa só (impossível nos dias de hoje), de frente para o campo-santo. Assim, aprendeu a gostar de ver e acompanhar os enterros primitivos, onde os defuntos trazidos em redes eram cercados por carpideiras que faziam as vezes e cantavam as excelências durante o velório. Dia de finados era um dia alegre para a pequena, pois costumeiramente trazia flores de túmulos alheios para também ornarem sua casa. Vênus foi entregue por seus pais aos seus avós para ser educada, algo comum na época, e cresceu entre histórias, pobreza, companheirismo e brincadeiras. Seu primeiro emprego foi em uma rinha de galos, ajudando o pequeno empreendimento familiar.

Atualmente, Vênus trabalha na Secretaria de Cultura, e logo que percebeu o crescimento da cidade, investiu em um negócio próprio.

Eu pesquisei, pesquisei, resolvi colocar uma sorveteria, “vou colocar milk-shake, Banana Split, colegial, brownie, que aqui em São Gonçalo não tem, eu vou fazer isso!”. Aí fui, montei, Afrodite é o nome do meu espaço (risos). Tem tudo a ver, né? Montei no calçadão aqui da Lagoa. Mas o espaço não era meu porque eu não tinha o prédio. Aí eu fui trabalhando, eu disse: “Eu vou trabalhar para construir o meu espaço”. [...] E eu tenho incrementado muito o meu comércio. Quando eu coloco sushi tentando atender a esse pessoal que vem de fora, que tem um paladar diferente do nosso, e também

⁵ Jornal Hoje. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/11/cidades-do-interior-do-brasil-oferecem-boas-opportunidades-de-trabalho.html>; Acesso: 09 nov. 2014

*para dar oportunidade pra São Gonçalo. Porque eram poucos comedores de sushi, hoje nós temos muitos, muitos*⁶.

Seu relato mostra um exemplo de empreendedorismo feminino que é muito marcante no município de São Gonçalo do Amarante, e é perceptível sua abertura para o novo, não só pela possibilidade do lucro, mas por seu interesse pela transformação dos serviços, da cidade, das pessoas que aparecem com seus originais costumes. Contudo, a complexidade citada a qual ela passa, é que Vênus viu São Gonçalo do Amarante de um jeito, conheceu um punhado de ruas organizadas por Soares, Ferreiras e Alcântaras, com suas carnaubeiras, rezadeiras, bêbados, lendas, canções, e hoje, a mudança econômica e política da região arrastou com uma lufada o que era certo, e trouxe o duvidoso dia de amanhã. Vênus, por meio de seu trabalho na Secretaria de Cultura, tornou-se uma grande defensora das tradições culturais da região. Ajuda a fomentar o reisado, as festas juninas, organiza encontros de cordelistas e até de escritores de contos de terror. Percebe-se que se por um lado ela quer o novo, por outro não quer perder o velho.

Trata-se de uma sensação comum a muitos outros que também vivenciam a mesma localidade. A pesquisa admite que essa percepção é recorrente sobretudo nas pessoas as quais se relacionam com o empreendimento por meio de novas oportunidades, novos empregos, mudanças em suas vizinhanças, especulação imobiliária, aumento dos preços, pluralização de serviços, criação de novos papéis sociais. Já os moradores que tiveram que ser realocados, ou que temem que um dia serão, e as comunidades ditas tradicionais, também diretamente abalroadas, apresentam outras percepções em relação ao CIPP.

A pesquisa contou com colaboradores de diversas localidades, como os assentamentos Nova Vida (Parada), Olho d'Água, Novo Torém, Novo Tapuio, Sítio Forquilha, Munguba; também Pecém, Bolso, Taíba e Sede, no caso de São Gonçalo do Amarante. Na parte de Caucaia, Porteiras, Cercadão dos Dicletas, Serra do Juá (todos com a presença de remanescentes de quilombo); Assentamento Alto do Garrote, regiões de Pitombeira e Cumbuco. Além do contato com as etnias indígenas Tapebas e Anacés, localizados na Lagoa dos Tapebas e Matões, respectivamente. Deste universo de

⁶ Depoimento de Maria Vênus de Andrade da Cunha. Projeto *Valorização da História e da Cultura dos Municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante*, dia 04 de junho de 2014, São Gonçalo do Amarante, Ceará. Entrevista na íntegra disponível no acervo do Museu da Pessoa.

moradores, outra história em relação às mudanças que os municípios estão passando foi contada. O processo de desapropriação ocorreu de maneira desigual e em momentos diferentes, chegando a uma década de hiato entre um e outro assentamento. Foi constatada uma enorme confusão entre as empresas envolvidas e o papel do estado nas ações de desapropriação. O Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace) foi de protagonista a vilão em diferentes discursos. Por vezes o CIPP tornou-se uma empresa, em outras falas, o estado encarnou o empreendimento e todas suas ações.

Registrou-se que as diferentes gerações de assentados apresentam compreensões distintas entre si em relação ao empreendimento. Moradores da faixa dos 50 anos para cima, por exemplo, relatam um passado marcado pela pobreza extrema. Falta de hospitais, deficiência de escolas, ausência de transportes e comércios. Percebe-se nitidamente a escassez em suas narrativas. Eles se apresentam então contentes com as mudanças. Hoje, suas casas são melhores estruturalmente, há água encanada e luz, têm acesso aos principais centros, estão mais próximos de hospitais e escolas. Seus filhos estão trabalhando e estudando, e todos fora do campo, das jornadas de sol a sol.

A primeira impressão, quando questionados, é que todos aceitaram e aceitam a mudança. Todavia, as histórias de vida trazem dados velados, qualitativos, e os pormenores de quem vive a transformação.

Para início, qualquer modificação é difícil na vida das pessoas. Mudanças de hábitos, rotina, alimentação, trabalho. E isso aparece nos depoimentos. As pessoas podiam não ter as melhores casas, mas eram seus lugares. Na roda de história com moradores de assentamentos, por exemplo, muitos descreveram suas moradias, seus terrenos, seus cantos, e narraram com saudades não só a materialidade, mas as sensações de outrora.

As narrativas de histórias de vida apresentam constantemente o ir e vir temporal, as opiniões e os ajuizamentos, os prós e os contras. Como o relato do Sr. Antônio, por exemplo, senhor já de idade, morador do assentamento Forquilha e participante do projeto:

Naquela época era muito cansativo. Trabalhava de sol a sol, a gente não tinha um conforto na casa da gente. A gente não tinha uma merenda, que naquela época as merendas, podia-se dizer assim, farinha com rapadura. Hoje a gente bota um trabalhador, se botar um suco pra ele, ele vai dizer: "Vou querer refrigerante com pão". E tem que aparecer refrigerante com pão. [...] Porque naquela época era uma época que vinha a época dos coronéis, daquelas pessoas antigas, mas hoje a diferença mudou muito. [...]

Era assim, a pessoa, se a gente ia trabalhar tinha a distância de pé, a gente não tinha transporte. Essa região onde a gente morava se a gente ia pra um comércio andava dois quilômetros pra chegar e comprar um alimento pra comer, porque perto de casa não tinha. Se uma criança ia pra escola andava duas, três léguas pra chegar naquela escola, chegava lá e a criança nem podia aprender mais nada, já chegava desfalecido de necessidade, suado, cansado. E hoje é transporte na porta pra pegar os alunos [...]. E eu acho que tá sendo muito melhor o que eu to vendo agora pro que eu vi antes, que eu tenho 64 anos⁷.

Percebe-se o lado positivo da mudança, um discurso que transita entre sua experiência e a opinião, construído dentro do contexto da conversa estabelecida.

Os exemplos são vários, que caminham entre os prós e contras, e que destacam diferentes sensações sobre hoje e outrora. Todos ressaltam um passado pobre, todavia, com solidariedade entre os moradores, segurança, liberdade para plantar e colher. E no caso dos mais velhos, não há perspectiva futura positiva. A felicidade deles se localiza pelos outros mais novos da família, e não por eles mesmos. Muitos se encontram em suas casas, não trabalham mais, e aguardam... E discutem sobre o aumento da violência, falta d'água, poluição, e sobre os jovens que não conversam mais.

É perceptível um passado comum às essas comunidades. Todas rurais, com agricultura de subsistência e poucos excedentes, um pouco de artesanato, cestarias, casas de taipo, chão batido, muitos casamentos entre parentes, a recorrente alusão ao trabalho infantil, seja acompanhando os pais na lavoura, ou mesmo quebrando pedras para venda e a produção de asfalto. A presença de rezadeiras, parteiras, encantados, e depois o crescimento do evangelho. A cidade que ficou mais perto, e o desaparecimento dos mesmos personagens, contudo sem tirar os pés de pimenta ou cidreira de casa, nem as “garrafadas”, que aprenderam com seus antepassados, de suas geladeiras.

Apesar das semelhanças, também é válido destacar as diferenças evidenciadas pelas histórias de vida. Alguns assentados tinham status em relação aos demais de suas comunidades. Suas casas, ao invés do barro eram de madeira, apesar da posse da terra ser algo complexo, alguns arrendavam suas partes para terceiros, havia também os que tinham animais de criação, ou moto no lugar do jumento. Com o deslocamento, todos foram colocados de maneira socialmente iguais. Mesma casa, mesma limitação de área para o plantio, mesma proibição em relação à cria de animais. A solução encontrada foi

⁷ Roda de Histórias com moradores de assentamentos. Narrativa de Antônio Nogueira de Oliveira. Projeto *Valorização da História e da Cultura dos Municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante*, dia 01 de junho de 2014, São Gonçalo do Amarante, Ceará. Roda de histórias na íntegra disponível no acervo do Museu da Pessoa.

decorar o interior e a fachada de suas residências, ou elevar seus muros. Tentaram ao máximo manter a distinção em relação aos demais, pois eles foram indenizados de acordo com suas posses do lugar que moravam, ou seja, alguns moradores ganharam indenizações maiores que outros moradores, mas as limitações dos assentamentos não deixaram isso transparecer como antes.

O CIPP originou a remoção de muitos, e deste contexto surgiram uma nova organização social. O assentamento pode ser considerado uma forma de enquadramento, de imposição de um modelo, isso, se levado em conta suas regras internas de convivência, limitações espaciais, o tom familiar. Criaram-se leis de convívio, de organização.

Este ponto traz à tona dois conceitos de relevância para se discutir sobre a região e seus moradores. Em primeiro lugar, o conceito de cidade, que traz reflexões sobre como era (e como é) a relação dos munícipes das antigas comunidades com os centros. Antonia Terra de Calazans Fernandes (2012) lembra que

As cidades existem há séculos e foram construídas por sociedades de diferentes continentes. Mas há dois séculos o fenômeno da industrialização tem provocado mudanças rápidas no processo da concentração urbana, alterando fortemente as relações entre campo e cidade e, largamente, o conjunto da vida social. (FERNANDES, 2012, p.11)

Não há necessidade de se buscar um conceito definitivo sobre cidade, e vale lembrar que ele mesmo deve ser observado historicamente, contextualizado, e que pode ser utilizado e ajuizado por diversas áreas alterando sua compreensão. No caso desta análise, o conceito de cidade aparece nos depoimentos utilizados. Dentro das comunidades rurais ficou evidente a construção de uma imagem, como ela ser o lugar do “outro”, do comércio, o lugar dos ricos, de onde vem a violência, como sinônimo de progresso ou perdição. São inúmeros relatos sobre estes contatos com a cidade, como a primeira vez que viram um carro, ou os serviços prestados para fora da comunidade, o lugar de onde vinha o dinheiro.

Esta relação com a urbe cai no segundo conceito destacado que é o de identidade. Os realojamentos ocasionados pelo CIPP envolveram a posse da terra, questão crucial, mas além disso, os moradores se viram no processo de se transformarem de comunidades rurais para urbanas, e talvez seja isso a questão mais complexa que as histórias carregam. Havia antes uma organização física da

comunidade: a casa de fulano era ali, a sombra da mangueira era lá, e o cheiro do mato após a chuva de inverno também estava presente.

Eram comunidades praticamente isoladas até o desenvolvimento industrial do estado alcançar suas fronteiras. As relações nunca mais seriam as mesmas, novas organizações sociais internas, novos personagens em suas tramas. É a cidade que chegou com força. Se antes era algo distante, o “outro”, agora as próprias comunidades se tornariam ela; transformação acompanhada por um modelo imposto. As resistências internas às mudanças não tiveram escolha, o diálogo foi o de minimizar as transformações, não de não deixá-las acontecerem. Escolas, creches, transporte, hospitais, como visto nos relatos, foram (e ainda são para os assentamentos mais recentes) as demandas iniciais, depois, vieram o clamor por demais serviços. As comunidades criaram regras para não se fragmentarem como um todo. Organizaram-se da maneira que puderam, porém, as diferentes gerações têm compreensões diferentes do que acontece: os mais velhos se percebem sem chão, os costumes, as roupas, as pessoas mudaram, e também não se sentem com a força de antigamente, há muito não ditam as regras da casa. Para os jovens, a cidade tem seus atrativos, o mundo do trabalho, os cursos técnicos, a globalização. Estarem “conectados com o mundo” não tem preço, e o passado agrário também não é bonito. As pessoas entre 30 e 50 anos se encontram no dilema, nas contradições, nas angústias entre as gerações, sensações estas que encontramos em qualquer lugar, seja no campo, seja na cidade. São protagonistas que enfrentam a transformação do devir, e suas decisões do hoje serão sentidas amanhã.

Antônio Wellington de Paulo Barbosa, 38 anos, morador do Pecém, pescador desde a época em que não havia GPS, acompanhou toda a construção do Porto do Pecém, e contou à pesquisa um pouco sobre o que mudara:

Para a comunidade foi um benefício: emprego, desenvolvimento, renda para o município, que não tinha. A renda de peixe era muito baixa, né? Aí, veio o desenvolvimento mercantil, desenvolvimento de estabelecimento de comida; veio caixas que não tinha, pra tu tirar um dinheiro aqui era pra tu se locomover pra São Gonçalo, tu tinha que pegar um transporte pra ir pra lá pra poder pegar, pra poder tirar o dinheiro que tu trabalhava, teu dinheiro normal do trabalho, pra receber, né? Não tinha isso aqui. Aí, foi chegando balsa, foi chegando máquina da Alemanha pra poder fazer a perfuração no solo, de rocha, nessa construção eu trabalhei nela. [...]

E complementa:

[...] porque onde tem o desenvolvimento tem um calço do mal, o quê? Droga, prostituição, as coisas ficam bem banalizadas e ficam fácil, né? Banalizadas, o quê? Cada esquina que tu imaginar, meu irmão, tem droga. [...] É a realidade. Aí eu me envolvi com isso aqui, aquilo que eu lhe contei, eu me

envolvi. Fui pegar uma história, que nem se diz, um baseado na boca do cara. Quando eu fui pegar, que eu cheguei, a polícia deu uma batida, levou quatro caras preso. Passei três meses e 20 dias⁸.

A fala de Antônio Wellington mostra algumas das questões levantadas anteriormente. Trata-se de um antigo pescador tradicional, que deixa a pesca para o trabalho no porto. Ele valoriza o desenvolvimento da cidade, sobretudo em relação à infraestrutura, mas ressalta os problemas que acompanham o desenvolvimento das cidades. Seu emprego na empresa não perdurou, muito devido sua escolaridade, e como visto, já estando sem emprego, teve suas implicações com a justiça e um longo recomeço.

Antônio Wellington é um exemplo dentre muitos do Pecém, Bolso, Taíba, que tiveram suas vidas viradas do avesso, tanto positivamente como o contrário. É evidente que a relação com o empreendimento foi diferente dentro das próprias cidades, assentamentos e comunidades tradicionais. E isto teve uma influência direta em como os mesmos se organizaram politicamente em relação às transformações do espaço. Os moradores de assentamentos mais novos, por exemplo, apresentam engajamento político maior do que residentes de instalações mais antigas, isso porque os assentamentos mais remotos já lutaram por questões básicas para seu funcionamento, como escolas, creches, transportes, postos de saúde, asfalto. Após metas tão claras e basilares atingidas, a articulação comunitária se tornou um problema. Também há um ponto de equilíbrio dos assentamentos que não pode ser ultrapassado. Se a comunidade cresce muito, ela pode deixar juridicamente de ser assentamento e passar a ser administrada pelo município a qual se encontra.

Os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante estão em total mudança. A cada ano uma novidade, outros personagens, novas demandas. Essas comunidades, antigamente mais isoladas, produziram ativos culturais autóctones e naturalmente têm medo de perdê-los. As experiências observadas permitem destacar estruturas de discurso, semelhanças de procedimentos, rotinas, rituais. E o interessante: as recorrências abrangem moradores das sedes, dos assentamentos, das etnias indígenas e quilombolas. Há um grande sincretismo religioso cultural na região.

⁸ Depoimento de Antônio Wellington de Paulo Barbosa. Projeto *Valorização da História e da Cultura dos Municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante*, dia 01 de junho de 2014, São Gonçalo do Amarante, Ceará. Entrevista na íntegra disponível no acervo do Museu da Pessoa.

Os usos de ervas medicinais, por exemplo, foram recorrentes em todos os grupos pesquisados, os partos naturais igualmente. E nesses contextos, observa-se a organização das pessoas, a proeminência de alguns sujeitos, a cosmogonia dos grupos. Trata-se de uma relação de quem vive o saber tradicional, que é totalmente diferente do pesquisador deslumbrado que analisa as narrativas de longe. Trechos que destacam a familiaridade com os chás medicinais foram recorrentes. É importante destacar a relação desses moradores com este tipo de conhecimento. Trata-se de um lugar que não havia médico e muito menos hospital, e as curas se encontravam por meio desses saberes e crenças.

Nestes contextos de ausências de infraestruturas da urbanidade, as pessoas que possuíam conhecimentos tinham destaque, eram procuradas e são lembradas até hoje. Parteiras e rezadores foram frequentemente citados nas experiências registradas. Dona Umbilina, “Mãezinha”, Dona Francisca, Manuel Biágua, entre muitos outros, salvaram, encantaram e orientaram muitas pessoas. Figuras como o “assobiador”, saci, pai da mata, os encantados, estavam presentes no cotidiano das pessoas. Contudo, o crescimento dos grupos, o estreitamento com as cidades, e a evangelização das comunidades transformaram a relação entre as pessoas e suas crenças antigas. No caso das parteiras, inclusive, em determinada época foram proibidas de exercer seus conhecimentos.

Transformação, em seu sentido amplo, foi o mote que inquietou os entrevistados deste projeto. O CIPP transformou suas vidas. Empregos no próprio empreendimento, assim como novas profissões e serviços, regularização da posse da terra, outros personagens políticos, inovações nas ordenações internas... O novo e a perda do antigo; medo do desconhecido e da perda de identidade.

Comunidades indígenas e quilombolas

O leitor atento a estas páginas, deve ter sentido falta da alusão direta às comunidades tradicionais⁹. Pode-se afirmar que os assuntos, impressões, sensações que

⁹ Existe ampla discussão sobre o conceito de *comunidade tradicional* e seu emprego. O artigo presente se apoia na definição perpetrada pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que compreende povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (BRASIL, Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro

foram retratados anteriormente se aplicam também as comunidades indígenas e quilombolas que compartilharam suas histórias nesta ação coletiva. O que torna a situação delicada, pois com um olhar apressado, fica a impressão de que não há diferenças entre moradores de assentamentos e povos tradicionais. A luta pelo reconhecimento de suas origens, e conseqüentemente a posse de suas terras e a obtenção de uma jurisdição específica, é o estandarte principal dessas populações, o que gera muitos conflitos nos dois municípios, e por este motivo, justifica-se sua separação (e destaque) ao longo do texto.

Antônio Ricardo Domingos Dourado da Costa, uma das lideranças da etnia Tapeba, inaugurou a roda de histórias realizadas com seu povo no Terreiro Sagrado do Pau Branco. Suas primeiras palavras foram:

É contando a história, aqui da história da Lagoa dos Tapeba, a gente não tem uma história muito bonita para contar. A gente vai começar por uma questão que foi muito ruim para a nossa família, para o nosso povo, o povo Tapeba. Uma que o meu pai morava aqui nessa beira da lagoa, eu não era nem nascido, meu pai foi expulso daqui pelos posseiros da época e foi morar no Ipaumirim, por trás dessa lagoa, foi morar debaixo de um cajueiro. E a minha irmã mais caçula, que é da idade do cacique ali, mais um pouco, um ano, ela nasceu em 47 debaixo desse cajueiro¹⁰.

A primeira narrativa, sem o questionamento, em uma moderação livre, foi justamente sobre o conflito de terras, situação que lhes afligiu no passado e que continua sem resolução nos tempos hodiernos. Foram inúmeros relatos sobre preconceito, ocupações, desocupações, lutas com políticos, interdições nas rodovias, conflitos com a polícia, sendo a violência transversal à todas as situações.

Todas as comunidades tradicionais, em especial as indígenas da região, tiveram que ocultar suas origens, renegar suas tradições para serem integradas aos municípios. Cacique Alberto, Tapeba, verbalizou em sua entrevista que nem água lhe davam. E que seu povo sofrera diversos atentados, até mesmo casos de envenenamento. Estes grupos foram obrigados a esquecer, e como resultado, percebe-se que essas populações por muito tempo estiveram desarticuladas politicamente. Outra implicação foi a falta de reconhecimento por outros moradores da região. Justamente pelo contato entre etnias diferentes ser muito antiga, as populações dentro dos municípios já estão misturadas

de 2007, Art.3º, inciso I). Também ressalta-se a compreensão de que estas comunidades são dinâmicas e em constante transformação e aproximação e troca com seus centros de influência.

¹⁰ Depoimento de Antônio Ricardo Domingos Dourado da Costa. Projeto *Valorização da História e da Cultura dos Municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante*, dia 03 de junho de 2014, Caucaia, Ceará. Entrevista na íntegra disponível no acervo do Museu da Pessoa

culturalmente e fenotipicamente. A aceitação de que existem povos indígenas e quilombolas encontra atualmente grande resistência.

A partir da Constituição de 1988, o estado brasileiro passou a reconhecer os direitos das comunidades negras e indígenas, o que incentivou ações de resgate de tradições antigas e movimentos de valorização da diversidade cultural destas etnias. Neste processo de autoconhecimento, obviamente os contemporâneos às ações tinham pouca informação sobre seus antepassados. O acesso a registros escritos era limitado, e muito do conhecimento dessas populações eram transmitidas pela oralidade, saber que se perdeu com o tempo, miscigenação e imposição de uma cultura. Como resultado desse contexto, foram recorrentes as “invenções de tradições”, como a elaboração de hinos, cultos, rezas, ídolos. Hobsbawn e Ranger (1997/2002) apontaram em seu livro *A invenção das tradições* que:

Pode-se observar uma nítida diferença entre as práticas antigas e as inventadas. As primeiras eram práticas sociais específicas e altamente coercivas, enquanto as últimas tendiam a ser bastante gerais e vagas quanto à natureza dos valores, direitos e obrigações que procuravam inculcar nos membros de um determinado grupo (HOBSBAWN e RANGER, 2002, p.19)

A epígrafe deste texto foi retirada de uma roda de histórias realizadas com os índios Tapebas, no Terreiro Sagrado do Pau Branco, localizado na aldeia indígena Lagoa dos Tapebas, ao lado do centro de Caucaia. Ricardo Weibe, uma nova liderança da etnia, reuniu muitos de seu grupo, de diferentes gêneros e idades para brindar o projeto com suas histórias. Muitos deles pintados e trajados a caráter para o evento. Antes do início de suas narrativas, dispostos em um grande círculo, cantaram duas músicas de autoria não registrada, uma delas, descrita na epígrafe. *Encantados, Jurema, pai Guajá*, inclusive a pesca, são referências culturais indígenas, assim como da umbanda. Além dos traços de miscigenação cultural, muitos dos presentes não sabiam cantar, e a relação com tais entidades estaria ainda nebulosa.

A roda de histórias ocorrida na Serra do Juá com remanescentes quilombolas (ainda em busca de reconhecimento e titulação) também apresentou total ausência de conhecimento sobre suas raízes, com exceção de Cláudia de Oliveira, organizadora do grupo de mulheres quilombolas da comunidade.

A invenção de tradições não é uma situação presente somente em comunidades indígenas ou quilombolas, São Gonçalo do Amarante, por exemplo, vivenciou a

confusão e troca de seu padroeiro. As cidades possuem seus mitos fundadores e criam heróis e rituais para fortalecer traços relacionados a identidade de seus coletivos. Representações dos grupos criam estereótipos, o que causa estranhamento em quem os vê de fora. Estabelece-se uma relação contraditória, pois os moradores externos às comunidades tradicionais vêm com estereótipos e caricaturas sobre eles, buscam por exemplo, encontrar os índios nus, com arcos e flechas em punho, ou quilombolas de saia e atabaques. Apesar da obviedade de que esses povos, após séculos de convivência, pegaram para si os mesmos costumes de seus vizinhos, as próprias comunidades tradicionais criam imagens estereotipadas de si mesmas, inclusive com os mesmos referenciais, na busca do reconhecimento dos que estão externos à eles. As comunidades utilizam estratégias, o uso de pinturas e cocares não são aleatórios.

Em campo de embates tão minuciosos, o que há de mais original encontra-se nas entrelinhas das narrativas, nos detalhes, nos rastros e vestígios deixados por suas falas. A relação com a terra, a organização do coletivo, suas crenças, sempre presentes. Seu Expedito, Anacé, e suas andanças na mata em noites de caça. Dona Antônia Maria, quilombola de Capuan, e a forma que cuidou de seus filhos com a ajuda de rezadeiras. São estas situações do dia a dia, sutis, que apontam seus costumes ancestrais.

Nesta luta por reconhecimento, as escolas têm tido papel fundamental. As bases legais que constituem a educação escolar indígena foram anunciadas pela Constituição Federal de 1988, e ratificadas pelo Decreto Presidencial nº 5.051 de 19 de abril de 2004, que determina:

Art. 1º A educação escolar indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades¹¹.

Além de possuírem certa autonomia no currículo, e assim conseguirem ensinar conteúdos focados na tradição de suas culturas, como chás medicinais e/ou a promoção de encontros intergeracionais levando personagens antigos das comunidades para conversar com os alunos, as escolas são promotoras de encontros com a sociedade do entorno. Por meio de festas, apresentações culturais, e até mesmo em dias de eleição, elas dão visibilidade às reivindicações e ativos culturais dos grupos.

¹¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm>; Acesso: 11 nov. 2014.

Epílogo

Este estudo trabalhou com histórias de vida objetivando destacar algumas experiências concretas, contextualizadas, e por meio delas alcançar traços e singularidades da cultura local. Tratou-se também de uma oportunidade para ouvir versões marginalizadas das grandes narrativas históricas outrora escritas, e sobretudo observar o Complexo Industrial Portuário do Pecém (CIPP) de perto, do ponto de vista de quem vive o dia a dia de seu entorno.

O texto deixou evidente que não há fronteiras culturais claras entre os grupos trabalhados, sobretudo devido ao tempo de convivência entre as diferentes etnias, e que a identidade é continuamente reconstruída e negociada de acordo com as circunstâncias. A chegada do CIPP trouxe novos personagens, situações, novas dramatizações do cotidiano. É um palco de conflito, e por isso mesmo merece atenção e criticidade.

Foram registradas muitas percepções diferentes em relação ao Complexo. Todavia, de modo amplo, há a constatação de que o fim também é começo. Há uma sensação de morte (do que é antigo) e curiosidade em relação ao novo.

Vale lembrar de que todas as entrevistas e rodas de histórias estão disponíveis integralmente no Museu da Pessoa, o que possibilita novos olhares e recortes sobre o material e contexto apresentado.

Referências bibliográficas

BATISTA, Francisca Gonçalves. **Restruturação socioespacial do Ceará: O Projeto Portuário de Pecém**. 2005. 228 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, 2005. Disponível em: http://www.uece.br/mag/dmdocuments/francisca_goncalves_bia_dissertacao.pdf;

Acesso: 15 de nov. 2014

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Cenário atual do complexo industrial e portuário do Pecém**. Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Eudoro Walter de Santana (coord.). Fortaleza: INESP, 2013.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. **História das cidades brasileiras**. Como eu ensino. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012, pg. 11.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 2002, p.19.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates**. Revista História Oral, v.13, n.1, p.9-22, jan.-jun. 2010.

MUSEU DA PESSOA. **Tecnologia Social da Memória**. Museu da Pessoa em parceria com a Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Museu da Pessoa, 2009.